

Capítulo #21



O poder da justiça: uma análise da justiça a partir da perspectiva de um jovem advogado

**Jordy Arcadio Ramirez Trejo
Letícia Vieira Mattos**

1. Introdução

O cinema é uma ferramenta que transcende as telas. Os filmes não têm sido alheios ao conhecimento e ao aprendizado do Direito, da justiça e da liberdade. "O Poder da Justiça" é um filme dirigido por John Grisham, baseado em um dos romances de John Grisham, vários dos filmes sobre questões relacionadas ao Direito foram tomados como referência aos romances deste autor como "A Firma", "O Relatório Pelicano", "Hora de Matar" e "O Cliente".

O cinema contribui para o ensino e aprendizagem do Direito, no cinema podemos identificar não só a prática e o exercício do direito, mas também podemos identificar outros tipos de competências que irão contribuir para a formação do aluno.

Muitas vezes nas faculdades de Direito, vemos professores que não geram debate entre os alunos ou professores cuja palavra não pode ser contestada; Porém, existem professores que não só geram debate ou ensinam por meio da doutrina, mas ensinam por meio da leitura de livros de literatura, do assistir a filmes ou séries, eles são professores capazes de captar a atenção do aluno.

Os filmes ajudam-nos a contextualizar conceitos, ideias e etapas da forma mais prática, pois o cinema é uma forma de ensino do direito. Assim, neste artigo procuramos identificar diferentes aspectos do cotidiano de um advogado do filme "O Poder da Justiça", em que Rudy Baylor é o personagem principal, defendendo uma família humilde em ação judicial contra um segurador.

Identificamos neste filme o perfil de um jovem advogado, que enfrenta um grande caso no início da sua carreira, a forma e a tenacidade com que enfrenta cada fase de um julgamento contra advogados experientes. Da mesma forma, que deve ser o perfil do aluno de uma Faculdade de Direito, seu papel de pesquisador em cada caso que deve enfrentar, analisando leis, doutrina e jurisprudência, para assim se envolver nos novos desafios que a advocacia nos traz, como no caso do uso de tecnologia, elaboração de documentos ou realização de procedimentos legais.

Podemos rever nas cenas do filme sobre a justiça sob a ótica de um jovem advogado, a forma de enfrentar um caso difícil perante

uma grande empresa, ver se a ética do jovem advogado pode ser maculada pelo caminho da corrupção ou continuar pelo caminho da boa conduta.

As cenas de “O Poder da Justiça” mostram-nos um jovem advogado que segue o caminho da ética profissional defendendo uma família humilde, sendo seu primeiro caso, em que se depara com um advogado experiente. Vemos que nem sempre a experiência pode vencer um jovem advogado, mas sim a forma e a inteligência de saber escolher uma estratégia adequada para um determinado caso.

2. Perfil de um jovem advogado

Rudy Baylor, recém-formado na universidade teve o primeiro emprego com um advogado experiente, mas de reputação duvidosa, já que se distancia da prática jurídica ao ser investigado pelo FBI. No entanto, Rudy Baylor concorda em processar uma seguradora no caso de um jovem que sofre de leucemia, consistindo em um caso difícil para o jovem advogado.

365

Identificamos em Rudy o perfil de um jovem advogado, entusiasta, otimista, honesto, justo e lutador que o caracteriza para obter justiça para seu cliente.

Apesar das dificuldades do caso, o advogado busca uma forma de conseguir um resultado favorável para seu cliente. Porém, quando ingressam na prática jurídica, os advogados se deparam com uma realidade diferente dos ensinamentos da universidade, já que a universidade nos ensina a teoria, mas a prática jurídica vai além do conhecimento relacionado ao Direito.

O Direito absorve conhecimentos, técnicas e métodos de outras carreiras, como Economia, Engenharia e Psicologia. Tudo isso molda o trabalho do advogado, confere a ele mais densidade, profundidade e organização. Estudar apenas Direito nem sempre leva ao sucesso. A mistura da competência técnica profunda em Direito com outro tipo de conhecimento diferencia os bons profissionais dos verdadeiramente talentosos, excepcionais. (MÜSSNICH, 2019,

p. 93)

O profissional do Direito, durante os estudos universitários, deve compreender que o mundo fora das salas de aula é diferente. A competição entre os profissionais, a dificuldade de encontrar clientes, os preconceitos em relação a um jovem advogado por falta de experiência e, sobretudo os trâmites judiciais ante o Poder Judiciário.

Por isso, é importante aprender as várias áreas do Direito, mas em muitos casos não é suficiente, é necessário complementar os conhecimentos com a aprendizagem de outra língua ou com a utilização de novas tecnologias.

Durante uma das cenas de "O Poder da Justiça", Rudy Baylor e seu sócio Deck Shifflet identificam que foram gravados pelos advogados da seguradora. Este fato vai contra a ética e as boas práticas de um advogado. No entanto, após uma investigação sobre os dispositivos de gravação, Rudy e seu parceiro usam essa manobra a seu favor durante a audiência.

Neste caso, não só o conhecimento de outras áreas, mas igualmente a competência jurídica foi utilizada a favor do cliente.

3. O perfil de um estudante de direito

Certo professor de Introdução às Ciências Jurídicas na primeira aula dizia: "Não te esqueças para onde está a apontar a agulha". Os alunos não tinham conhecimento do que o professor pretendia ensinar e então deu uma explicação magnífica, dizendo o seguinte: "Não te esqueças que a agulha sempre aponta para o norte (referência a uma agulha de bússola), então não se esqueça que tipo de advogado você finge ser".

Com o passar dos anos, o estudante de Direito vai conhecendo as diversas disciplinas do Direito, sendo que certamente se apaixonará por algumas, como fez Rudy Baylor, ao se apaixonar pela proteção dos direitos civis das pessoas.

Na Faculdade de Direito, é possível encontrar alunos de todos os perfis. Alguns que vêm de família de advogados, outros,

assim como é o caso de Rudy Baylor não possuem advogado em seu núcleo familiar.

Alguns dos meus colegas sabiam que acabariam nos escritórios de advocacia mais importantes graças aos seus contatos familiares, os únicos contatos que tive foram nos bares onde trabalhei por três anos para pagar meu diploma, e embora ainda propusesse trazer justiça aos cantos mais escuros, o que eu realmente precisava e muito, era um trabalho.

Na faculdade de Direito se encontra bons amigos, com quem compartilha livros, tardes de estudo, grupos de pesquisa. No entanto, também há colegas que do corpo docente aprendem e se tornam advogados antiéticos. Sobre isso Rudy Baylor lembrando seus anos na Faculdade de Direito aponta:

No primeiro ano da Faculdade todos se adoravam, porque a gente estudava Direito, e Direito era uma coisa muito nobre. Mas, no terceiro ano, você teve sorte se não foi assassinado durante o sono. Os alunos roubavam provas, escondiam materiais de pesquisa da biblioteca e mentiam para os professores, o que acabou se tornando a essência da profissão.

367

Desde a Faculdade de Direito, o aluno identifica que tipo de advogado pretende ser em sua carreira profissional, compreende a nobreza da profissão, procura justiça para os seus clientes e presta serviços com probidade e eficiência. Porém, essas características serão mostradas de acordo com o tipo de aluno que a pessoa foi durante os anos de estudos na Faculdade de Direito:

Em todos esses anos como professor, constatei que existem três tipos de aluno: o que não estuda nada e nem sabe ao certo por que está ali; o que estuda muito, mas é incapaz de pensar; e aquele que não estuda tanto, apenas o necessário, mas pensa. Esse é o melhor aluno. É o estudante que participa das atividades, que contribui para o debate, que traz um olhar novo para um assunto que a gente pensava conhecer de sobra. São esses alunos que me fazem considerar que vale a pena dar aula. Aprendo muito com eles. (Müssnich, 2019, p. 25).

Para ser um bom aluno na faculdade não basta estudar exacerbadamente e passar horas e horas na biblioteca. É importante sim, todavia isto não é suficiente. É necessário que o aluno participe

de atividades acadêmicas como congressos pertencentes a Grupos de Pesquisa, escrevendo artigos acadêmicos e entrevistando professores de reconhecida trajetória, essas atividades contribuirão para o desenvolvimento de mais competências do estudante de Direito, além disso, se firmará como um profissional competitivo no mundo de trabalho.

4. Produção científica de um jovem advogado

A investigação jurídica complementada com a fundamentação jurídica são componentes fundamentais que irão contribuir para a atuação do profissional do Direito, seja como advogado de defesa, como juiz, como promotor ou ainda procurador.

Portanto, o exercício da profissão não deve ser alheio ao pesquisar. O que se observa é que nas faculdades de Direito não é utilizado o ensino de pesquisa jurídica ou é ministrado apenas nos anos iniciais com simples aulas de metodologia, por exemplo, quando na verdade a pesquisa deveria ser fundamental na aprendizagem dos alunos de Direito.

O filme "O poder da Justiça" mostra-nos um jovem advogado, que apesar da pouca experiência como profissional do Direito, lê e investiga jurisprudência sobre empresas seguradoras, o que contribuiu para a obtenção de um resultado favorável para o caos de seu cliente.

Este jovem e ousado advogado com as habilidades que caracterizam um investigador enfrenta com grande tenacidade advogados experientes.

A característica do pesquisador de Rudy Baylor pode ser identificada quando ele vai à seguradora para colher depoimentos dos trabalhadores e gestores a respeito dos sinistros do segurado que não foram atendidos nos últimos anos por esta empresa, este jovem advogado notou grandes contradições por parte dos declarantes, este fato posteriormente contribuiu em suas argumentações no julgamento.

Podemos dizer que este jovem advogado faz a tarefa

investigativa para enfrentar um caso ele mesmo. Em sua atividade profissional irá deparar-se com vários casos que irão requerer uma investigação mais aprofundada sobre as questões a debater, é então que não só as leis ou a jurisprudência são suficientes, mas também a doutrina.

O advogado (ou o estagiário ou estudante de direito) faz uma sistematização da doutrina, jurisprudência e legislação existentes e seleciona, segundo a estratégia advocatícia definida, os argumentos que possam ser mais úteis à construção da tese jurídica (ou à elaboração de um contrato complexo) para uma possível solução do caso (ou para tornar efetiva e o mais segura possível a realização de um negócio). (Nobre, 2009, p. 10).

Ao se dirigir à doutrina, o advogado deve identificar que tipo de doutrina precisa ler, tantos cometem o erro de ler manuais, que logo podem ser o resumo do resumo de um tópico específico, por isso é recomendado ir a autores que sejam recomendados pela academia por serem referência naquele determinado conteúdo.

O advogado caracteriza-se pelo seu ímpeto no que se refere à investigação de um caso, porém, a partir da faculdade os alunos deveriam ser ensinados a escrever artigos jurídicos, pois a partir desta iniciativa encontraremos melhores advogados, que não se concentrarão apenas no exercício da advocacia, mas também na criação de conteúdos jurídicos, de pesquisa científica de verdade.

Para tanto o conhecimento dos métodos científicos é de suma importância. Ao iniciarmos na investigação jurídica podemos encontrar muitas dificuldades, as quais serão ultrapassadas assim que a investigação se iniciar.

Son mis recuerdos de estos malos tiempos los que explican la seriedad de mi consejo a los jóvenes científicos de que tengan más de una cuerda en su arco y estén dispuestos a aceptar un “No” como respuesta, si las pruebas apuntan en esa dirección. (Madawer, 1982, p. 21).

As faculdades de Direito devem ensinar a pesquisa jurídica ao longo da carreira, permitindo que os alunos ingressem no mundo da pesquisa por meio da publicação de artigos e debates jurídicos, cujas conclusões estejam inseridas em um artigo ou um trabalho de

pesquisa.

Dessa forma, ao final da fase de graduação, os bacharéis podem gerar mais discussão jurídica a partir das publicações de seus trabalhos de pesquisa.

Es de especial importancia que ningún científico joven se deje engañar por anticuadas y erróneas representaciones acerca de cómo es la vida científica. Dígase lo que se diga, en realidad es muy interesante, un tanto apasionada y -en materia de horas de trabajo- una ocupación muy exigente y a veces agotadora. (Madawer, 1982, p. 21).

Mudanças em uma sociedade sempre serão agradáveis quando os resultados beneficiarem um grupo de pessoas, da mesma forma as pesquisas jurídicas contribuirão para certas mudanças no Direito e na vida prática de uma sociedade.

Portanto, o jovem advogado deve enfrentar uma realidade de mudanças drásticas no Direito e dentro da sociedade. Novos rumos aguardam o jovem advogado, cuja prática jurídica não deve ser desconhecida.

5. Novos desafios do jovem advogado

Cada dia o advogado se depara com diferentes situações, casos, problemas e realidades, se fizermos uma comparação entre médico e advogado, por um lado, nós temos alguém que vai curar uma doença de um paciente, por outro lado, teremos alguém que vai defender a justiça, vai resolver os problemas jurídicos e proteger os direitos do cliente. Em ambos os casos, tanto o médico como o advogado vêm dar uma solução aos “problemas” e/ou “doenças”.

Para ser um bom advogado, não basta conhecer o Direito, é claro que o conhecimento é básico. No entanto, o advogado saberá como são os julgamentos, como são conduzidos os trâmites perante o Poder Judiciário e como formular a reclamação, devendo, portanto dominar a técnica jurídica.

Por isso, é importante que durante a graduação seja ensinado o caminho de como tramita um processo judicial, qual a logística

processual e seus detalhes. Rudy Baylor ao entrar pela primeira vez no tribunal, diz em sua mente: “Memorizei perfeitamente os arquivos Black, li todos os livros sobre jurisprudência e as regras de evidência, mas olho para o tribunal e percebo que ainda não nasci.”

Em uma das cenas do filme “O poder da Justiça”, podemos ver um jovem advogado sem experiência em sustentações orais, essa cena é tão comovente porque é o início de um advogado no tribunal, algo marcante.

Durante a cena, o advogado para quem Rudy Baylor trabalha, conforme indicado nas falas acima, foge da cidade após ser investigado pelo FBI. Então Rudy vai à audiência contra a seguradora, porém ainda não tinha carteira de advogado, embora já tivesse passado no Exame da Ordem e então o juiz lhe diz: "Você está ousando entrar na minha corte sem licença de advogado, agora saia daqui e volte apenas quando tiver sua licença de advogado."

Ao saber desta situação, o advogado dos Grandes Benefícios, indicou que se o jovem Rudy Baylor passasse no exame da Ordem, seria uma honra defender a sua apresentação e "assim dar as boas-vindas à aventura do contencioso", pelo qual pediu o juiz a fazer o juramento de Rudy Baylor, assim começou sua carreira profissional no tribunal.

Este novo desafio enfrentado pelo jovem advogado é visto do lado jurídico como uma competência jurídica que ultrapassa a experiência do advogado, uma vez que a estratégia do jovem advogado fez com que ganhasse o processo, vencendo as dificuldades com as testemunhas, aproveitando cada palavra da outra parte e com base na jurisprudência.

Assim, o jovem advogado sempre enfrentará novos desafios como a utilização das novas tecnologias nos processos, as constantes atualizações legislativas, as ocorrências inesperadas do cotidiano da advocacia. Estas mudanças constantes e as incertezas de cada dia talvez sejam um dos maiores motivos que transforme a advocacia em uma das profissões mais desafiadores do Direito.

Ter em mente que a trajetória na advocacia requer mais dedicação do que inspiração é chave fundamental para se obter êxito na carreira. A capacidade técnica é de extrema essencialidade

à carreira, todavia não se pode deixar de lado igualmente o perfil humanista do advogado. Tecnicidade aliada à visão de que o advogado exerce função essencial à justiça social, sendo medida que se impõe exerce tal atividade de forma ética, humana, técnica e destemida.

6. O ensino jurídico no brasil prepara para a advocacia?

A trajetória profissional de Rudy Baylor nos faz indagar acerca do que de fato a academia ensina a seus alunos no que tange ao ensino de Direito. Quando anteriormente nos remetemos à necessidade da pesquisa científica para o ensino jurídico, não pensamos nela de forma única e exclusiva como primordial à formação do estudante.

Insta salientar que o tripé ensino, pesquisa e extensão deve ser observado e aplicado na prática aos estudantes sob pena de terem uma formação deficitária, que ensina o Direito, todavia não ensina de qual forma aplicá-lo ao caso concreto e à solução dos conflitos em sociedade.

Para entender a imprescindibilidade da mudança nos paradigmas do ensino jurídico na contemporaneidade seja imperativo conhecer em que moldes foram construídos os cursos de Direito no Brasil.

Mister aduzir que a preocupação com a instalação de cursos jurídicos no país ocorre após a tão questionada emancipação política do território brasileiro do Reino Unido de Portugal. Esse interesse surgiu diante da necessidade da construção do Estado Nacional, especialmente na formação de uma identidade sociocultural. Diante desse movimento, criam-se os cursos jurídicos em Olinda e em São Paulo, responsável pela formação ideológica da elite dirigente.

[...] é bom que se ressalte: os cursos jurídicos não se organizaram para atender às expectativas judiciais da sociedade, mas sim aos interesses do Estado. Assim, devem-se ressaltar duas variantes importantes na criação dos cursos jurídicos no Brasil: seriam eles mais importantes que o ensino de grau inferior? Seria mais importante formar advogados

para o trabalho judicial ou bacharéis que colaborassem na formação do Estado? [...], apesar dessas observações, deu-se prioridade às exigências institucionais e os cursos jurídicos nem mesmo se organizaram para formar advogados, técnicos na implementação das demandas da sociedade civil, mas para atender às prioridades judiciais do Estado. (BASTOS, 2000, p. 16).

Durante o Império, ocorreu com forte predominância o fenômeno do bacharelismo, uma tendência exacerbada de bacharéis em Direito nos cargos públicos, bem como responsáveis pelas adequações do discurso liberal e sua prática.

Ao invés de instigar o efetivo conhecimento jurídico, as universidades de Direito de São Paulo e Recife serviam como instrumento de formação ideológica dos profissionais que, posteriormente, integrariam os quadros da estrutura administrativa e, como tal, seriam os responsáveis pelo projeto de desenvolvimento do país. Tais razões justificam o interesse do governo no arranjo do ensino jurídico, pois “a organização dos cursos de Direito acabou voltando-se muito mais para atender às necessidades do Estado Nacional que necessitava formar sua burocracia do que para atender às expectativas jurídicas da sociedade” (MARTINS, 2002, p. 64).

Remonta a esse período a separação entre teoria e prática, uma vez que, apesar de compor os discursos dos bacharéis, a proposta da política liberal não era o que se observava na vivência social, percebendo-se uma grande lacuna entre a realidade ensina e a vivida pela sociedade.

O fim do Império e o advento da República permitiu que houvesse significativas transformações econômicas e sociais. A economia da cafeicultura enfim conseguiu impulsionar a industrialização no país. Esse alvorecer social permitiu também a reforma educacional do ensino jurídico, especialmente por exigir a criação de novas faculdades para atender às novas demandas da aristocracia da época. A preocupação com o ensino, ainda, pautava-se na formação elitista para preparar ocupantes de cargos públicos, e, ainda, atendendo às necessidades ideológicas liberais, a prática docente jurídica rompe com o ensino eclesiástico, defendendo a prática normativista positiva.

[...]Afastem-se os entraves à criação de escolas, de cursos, de faculdades e estas florescerão vigorosas. O princípio de seleção natural encarregar-se-á de 'fiscalizar' a escola, só sobrevivendo os mais aptos, os melhores. O próprio ensino oficial só terá a lucrar com isto, a concorrência das escolas particulares, obrigando-o a manter um ensino elevado. (BASTOS, 2000, p. 75/76).

Em meio à expansão dos cursos jurídicos no território brasileiro, observa-se que essa expansão não foi seguida de uma prática pedagógica crítica.

Apesar do discurso da liberdade docente, observou-se que os cursos jurídicos seguiram um formato de ensino tradicional, de reprodução do conhecimento técnico. E, assim, a preocupação maior concentrasse na importância de conhecer os artigos e alíneas do Código Civil para utilizar na prática retórica – a qual não se limitava no instante do exercício da função de bacharel, mas utilizavam-se os conhecimentos jurídicos nos diálogos cotidianos como forma de afirmar a superioridade intelectual do que compreender o conhecimento jurídico como mecanismo de atuação social.

O ensino jurídico no Brasil requer verdadeira ressignificação na era pós-moderna. Há questões e demandas que a academia não possui respostas. A complexidade das relações pós-modernas exige do profissional que se gradua uma criatividade para solucionar questões sem precedentes.

Na Universidade, ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam, mas a partir da pesquisa, ou seja, só se aprende, só se ensina, pesquisando, construindo conhecimento; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nascerem e se nutrirem da pesquisa. Impõe-se partir de uma equação de acordo com a qual educar (ensinar e aprender) significa conhecer; e conhecer, por sua vez, significa construir o objeto; mas construir o objeto significa pesquisar. Por isso mesmo, também na Universidade, a aprendizagem, a docência, a ensinagem, só serão significativas se forem sustentadas por uma permanente atividade de construção do conhecimento. Ambos, professor e aluno, precisam da pesquisa para bem conduzir um ensino eficaz e para ter um aprendizado significativo. (SEVERINO, 2009, p.261).

Desta forma, continuar a insistir na formação de profissionais

do Direito a partir de um modelo de ensino-aprendizagem moderno é insistir na formação de profissionais que apresentam dificuldades de correlacionar e ampliar os conteúdos memorizados nas aulas expositivas e nos manuais jurídicos para a complexidade das relações e conflitos atuais.

Impõem-se mudanças na postura acadêmica e no modo de conceber e de implementar o currículo e a prática pedagógica nos cursos de Direito. Imprescindíveis se fazem uma concepção e uma prática do planejamento curricular e pedagógico do ensino superior que envolvam um complexo investimento, a fim de que o ensino jurídico deixe no passado esta separação entre ensino e realidade social, assim como não seja apenas símbolo de mercantilização de cursos nas universidades.

7. Considerações finais

A obra cinematográfica *O Poder da Justiça* nos faz refletir do quão árduo é o caminho do jovem advogado em início de carreira, nos remetendo à importância de um ensino jurídico completo e que atenda à tríade da pesquisa, ensino e extensão, com o escopo de formar profissionais completos e aptos à inserção no mercado de trabalho e vivência em sociedade.

375

Percebe-se que o modelo de ensino-aprendizagem moderno não se sustenta mais, há um esvaziamento no seu sentido que não garante o aprendizado do aluno. A educação jurídica contemporânea deve centrar-se na formação não somente de técnicos jurídicos, mas de profissionais críticos, criativos e reflexivos, que, além de dominarem o conteúdo presente nos códigos e manuais, também tenha um olhar humano para as demandas da sociedade – de forma que as causas não sejam vistas como meros processos revestidos de tecnicidade. Deve primar não meramente pela instrução do bacharel em Direito, mas sobretudo por sua formação humana, prática e interdisciplinar.

Referências

BASTOS, Aurélio Wander. **O ensino jurídico no Brasil**. 2 ed. Lumen Juris, 2000.

CHAVEZ, Eddy. *Abogados jóvenes y el Cine*. Lima: Grijley. 2014.

MARTINS, Daniele Comin. **A criação dos cursos jurídicos e a elaboração legislativa do império**. Sequência, v. 23, n. 44, p. 55-75, 2002.

MEDAWER, Peter. **Consejos A Un Joven Científico**. México DF: Fondo De Cultura Económica. 1982.

MÜSSNICH, Francisco. **Cartas A Um Jovem Advogado**. Rio De Janeiro: Sextante, 2019.

NOBRE, Marcos. **Apontamentos Sobre A Pesquisa Em Direito No Brasil**. São Paulo: Cadernos Direito Gv. 2009.

POSNER, Richard. **Cómo deciden los Jueces**. Madrid: Marcial Pons. 2011.

SERRANO, Ramón. **Discurso a los abogados jóvenes**. Lima: Themis. 1988.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Expansão do Ensino Jurídico no Brasil**. Disponível em <https://www.scielo.br/j/aval/a/N6mSpvQz9XYr4K7Xcdzv3mD>. Acesso em: 11 ago/2021.